



Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-12

<https://doi.org/10.31447/44062> | e44062

ANNARITA GORI

RICARDO ROQUE

Introdução: os “três Dês” de Abril, hoje

No dia 25 de abril de 1974, um movimento liderado por militares, com ampla adesão popular, pôs fim à ditadura do Estado Novo que governara o país durante quatro décadas. O Movimento das Forças Armadas (MFA), designação adotada por esse grupo, apresentava-se com um programa revolucionário com três grandes objetivos: a restauração das liberdades; o desmembramento da ordem colonial; e a modernização social do país. Estes objetivos impunham o fim do regime imperial fascista. Mas não só. Eles comprometiam o país futuro, aquele que se desejava nascer da ação revolucionária, com um profundo projeto de transformação societal que viria a ficar condensado em três palavras: “Democratizar, Descolonizar, Desenvolver”, os chamados “três Dês” da Revolução. Estas três expressões, abreviadas na sigla “DDD”, resumiram então os objetivos basilares do projeto original daquela que ficou também conhecida como “Revolução dos Cravos”. Por certo, a origem desta tríade deverá entender-se também no quadro mais amplo dos processos políticos de oposição democrática ao Estado Novo que foram ganhando expressão na década anterior. Para além do mais, a sua eleição como *slogan* completo do movimento não foi linear, incontestada, imediata. As variações na redação do texto nos primeiros documentos do programa original do MFA revelam a natureza aberta e processual dos conceitos da revolução, a instabilidade própria de qualquer projeto político em disputa. Como nos relata o almirante Martins Guerreiro neste número da *Análise Social*, o texto do programa do MFA – quer aquele divulgado logo no dia 26 de abril de 1974; quer aquele que, após negociação entre as lideranças do movimento, se tornaria na versão oficial no dia seguinte ao golpe – não tornou inteiramente explícita esta trilogia de termos; o “D” de descolonização, em particular, demorou a instituir-se na orientação programática.¹

1 António de Spínola, que assumiu a primeira Presidência da República após o golpe, ter-se-á oposto desde o início à consagração do princípio da autodeterminação das colónias no texto →

Os “três Dês” do manifesto da Revolução são resultado de um percurso histórico vivo e contingente, marcado por tensões e negociação, ainda hoje, poderá dizer-se, inacabado. Porém, eram estas três noções que, na sua relativa inconstância, subjaziam ao programa do movimento. Nos meses quentes que se seguiram à queda do regime, a sigla dos “três Dês” consolidou-se, popularizando-se como estandarte dos desígnios revolucionários de transformação e modernização do país.

É este processo em aberto, inaugurado em abril de 1974, que este número da *Análise Social* revisita e investiga através do olhar das ciências sociais. Os trabalhos que aqui se apresentam têm origem na conferência anual ICS sobre o mesmo tópico realizada no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa em junho de 2024, no contexto das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril promovidas por este instituto. Nesse ano, o cinquentenário da fundação do regime democrático mereceu plena comemoração em todo o país. O papel da Revolução na memória e na identidade coletiva foi reafirmado, como o demonstrou a imponente manifestação realizada na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e as sucessivas iniciativas públicas e institucionais apoiadas pela Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril. Em Portugal e nos países lusófonos africanos o ano de 2024 recebe, porém, um calendário comemorativo mais amplo que se espraia por 2025-26, abrangendo, além do evento do 25 de Abril, os cinquentenários de outros acontecimentos marcantes, como a proclamação das independências de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, em 1974-75. Não surpreenderá talvez que este ciclo comemorativo, tal como os eventos históricos que visa comemorar, se revele também ele um processo político em aberto, atravessado por tensões e disputas sobre a memória e o significado de acontecimentos passados. Em Portugal, em 2025, num contexto político marcado pela ascensão da direita radical e pela polarização do debate político, está em discussão qual deverá ser o fecho do ciclo comemorativo iniciado em 2022 com os 60 anos das revoltas estudantis e de que o ano de 2024 seria, naturalmente, o epítome. É disto exemplo a criação pelo governo, em 2025, de uma comissão para a comemoração do 50.º aniversário do 25 de Novembro de 1975, sob a tutela do

→ do programa, mas acabaria derrotado na sua oposição à descolonização. Para documentos iniciais do programa do MFA, veja-se “O programa do Movimento”, *República*, 26 de abril de 1974, http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/REPUBLICA/1974/Republica_26Abr1974_2Ed/Republica_26Abr1974_2Ed_master/Republica_26Abr1974_2Ed.pdf; “Programa do movimento das Forças Armadas”, *Diário de Lisboa*, 27 de abril de 1974, p. 20, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiariodeLisboa/1974/DiariodeLisboa_27Abr1974_2Ed/DiariodeLisboa_27Abr1974_2Ed_master/DiariodeLisboa_27Abr1974_2Ed.pdf; e sobre o trajeto destes documentos veja-se a entrevista a Martins Guerreiro neste número.

ministro da Defesa Nacional. Ao programa original estabelecido pela Estrutura de Missão das comemorações criada em 2021 – que previa o seu encerramento em 2026, com a celebração dos cinquenta anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa e o ciclo eleitoral que decorreu ao longo do ano de 1976 – procura-se agora acrescentar um novo percurso comemorativo, destinado a desviar a atenção para o fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC), fim esse que, nas palavras de um ministro do governo da coligação de direita (AD), representaria afinal a “reafirmação dos propósitos originais do 25 de Abril”, em “resposta” a “uma deriva totalitária”.² Esta intensa atividade comemorativa mostra que o passado de 1974-75 continua a animar a construção do presente e do futuro da sociedade portuguesa. Mostra também que a memória da Revolução é hoje um objeto disputado no campo político. Não pertence ao escopo deste número temático examinar estas disputas políticas, mas estamos certo de que elas não demorarão a merecer a atenção analítica dos cientistas sociais.

A REVOLUÇÃO COMO HISTÓRIA DO FUTURO

Este projeto é animado pelo compromisso que mantemos com os valores basilares de democracia e liberdade que vigoram desde há cinquenta anos. Vemos os cientistas sociais como atores dinâmicos na tarefa de manterem vivos esses princípios, que exigem ser continuamente defendidos e realizados. Todavia, este número temático não pretende ser lugar de juízos de glorificação ou de condenação do passado, ou de repetição estéril de um dos *slogans* mais célebres da Revolução. Sendo certo que este número também participa, a seu modo, do campo discursivo sobre a Revolução surgido no atual ciclo de comemorações, ele distingue-se da comum ação comemorativa pela prática da reflexividade analítica própria das ciências sociais. O nosso principal propósito – como compete a cientistas sociais – é o de aproveitar a oportunidade do cinquentenário para promover uma reflexão crítica, a um tempo retrospectiva e prospetiva, sobre os “três Dês” de Abril enquanto conceitos e processos socio-históricos. Os “três Dês” de 1974 como que regressam do passado para hoje darem mote a este exercício coletivo de reflexividade – mas este regresso é indício também da sua persistente inquietude, suscitando questões sobre o

2 Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2021, *Diário da República*, n.º 108/2021, Série I, 4 de junho de 2021, <https://50anos25abril.pt/estrutura-missao/> (consultado a 26 de setembro de 2025); Resolução do Conselho de Ministros n.º 132-A/2025, *Diário da República*, n.º 172/2025, Suplemento, Série I, 8 de setembro de 2025. As declarações do ministro durante a conferência de imprensa de 25 de agosto de 2025 estão disponíveis em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc25/comunicacao/noticia?i=criada-comissao-para-a-comemoracao-do-50-aniversario-do-25-de-novembro-de-1975> (consultado a 26 de setembro de 2025).

presente e o futuro da sociedade em que vivemos e, por esse motivo, impondo-se também ao presente e ao futuro das nossas disciplinas. Desde o início, pois, um aspeto que motivou este projeto foi a indisciplina temporal dos “três Dês” de Abril, ou melhor: o modo como estas noções, apesar de ligadas na sua génese aos eventos de 1974, exigem dos cientistas sociais um tipo de pensamento histórico sobre processos que atravessam e pertencem a diversas temporalidades. Decerto, é possível e necessário estudar os “três Dês” na qualidade de acontecimentos surgidos cinquenta anos atrás, e os ensaios aqui reunidos atentam a esta característica. Mas entendemos que a atenção à sua qualidade de eventos passados deve incluir igualmente atenção aos “três Dês” enquanto feixe ativo de interpelações no presente, eventos significativos que mantêm o potencial de agitar, provocar e mobilizar os indivíduos na atualidade – cientistas sociais incluídos. Por estes motivos, a análise dos três conceitos basilares do projeto revolucionário de 1974 dificilmente poderá ficar na estrita esfera dos historiadores especialistas em passados mortos e acabados. Cada verbo destes “três Dês” – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver – parece ser portador de uma temporalidade mais complexa, que exige o escrutínio da revolução como tempo passado – tanto quanto da revolução como tempo presente e futuro. A este respeito, importa lembrar o que o historiador alemão Reinhart Koselleck escreveu sobre o conceito de *revolução* na modernidade. Para Koselleck, esta noção, no seu sentido moderno adquirido desde os finais do século XVIII, carrega consigo uma ideia aberta de temporalidade, segundo a qual um evento revolucionário se impõe aos seus ativistas e intérpretes como um presente-futuro em permanência – de tal modo que, sugeriu Koselleck (1979, pp. 52-53), “a história do futuro é a história da revolução”. Será que podemos dizer o mesmo em relação à “história da revolução” que se condensa nos “três Dês” de Abril de 74? Será que estes conceitos exigem dos cientistas sociais pensar a Revolução enquanto “história do futuro” – de Portugal, mas talvez também das suas antigas colónias, hoje independentes?

Neste número da *Análise Social*, investigamos a possibilidade de uma resposta positiva a estas perguntas. Partimos da hipótese de que a tríade “Democratizar, Descolonizar, Desenvolver” comporta essa espécie de exigência da revolução como futuro. Como tal, ela obriga os cientistas sociais – historiadores incluídos – a um esforço de compreensão e análise dos seus diversos modos de presença e permanência através do tempo. Muitos dos problemas ligados a estes princípios permanecem no presente: alguns agravaram-se, outros transformaram-se e assumiram novas formas à luz do contexto nacional e internacional. A democracia encontra-se hoje globalmente ameaçada – segundo o *Democracy Index 2024*, “há um consenso crescente de que o modelo democrático desenvolvido ao longo do último século está em crise”, e atualmente

menos de metade da população mundial (45%) vive sob algum tipo de regime democrático, contra 48% em 2014.³ O ideário de desenvolvimento enfrenta desafios renovados, desde a crise habitacional até às urgências impostas pelas alterações climáticas. O colonialismo clássico poderá ter chegado ao fim, mas persistem novas formas de imperialismo e os efeitos e legados da colonização continuam a marcar tanto as sociedades que um dia foram colonizadas quanto aquelas que um dia foram colonizadoras.

Eis, então, o desafio que lançámos aos autores dos textos que integram este volume: o desafio de uma reflexão coletiva sobre o como e o porquê de os “três Dês” de Abril se manterem atuantes, exigentes e significativos no presente e no futuro da nossa vida em comum – e, por conseguinte, no presente e no futuro da investigação em ciências sociais. Aos nossos autores pedimos que colocassem as suas disciplinas em diálogo com as seguintes questões. Qual a pertinência desta tríade de processos – descolonização, democratização, desenvolvimento – na formação passada, presente e futura do Portugal contemporâneo? Que desafios colocam, hoje, os “três Dês” de Abril à investigação em ciências sociais? Como reavaliar o significado de cada um desses conceitos, a partir do olhar cruzado e interdisciplinar destas ciências? Que novas perguntas se impõem? Que direções de pesquisa se anteveem? Como compreender a evolução e impacto dos “três Dês” ao longo do tempo, quer em Portugal, quer nos países africanos de expressão portuguesa que conquistaram a independência em 1974-75?

A ORGANIZAÇÃO DO NÚMERO TEMÁTICO

Este número temático segue de perto a organização da conferência que está na sua origem. Nessa conferência, três mesas-redondas pluridisciplinares, tematizadas em torno de cada um dos “três Dês” (Democratizar, Descolonizar, Desenvolver), juntaram oradores convidados de várias universidades e institutos de investigação de todo o país numa discussão sobre cada “D” de Abril. Na seleção dos oradores das mesas – a quase totalidade dos quais contribui com um texto da sua autoria para este número temático – atendemos à diversidade de disciplina, género, vínculo laboral e afiliação institucional. Privilegiámos também um critério de idade, procurando investigadores cujo tempo de vida, à época, não excedesse os cinquenta anos que a Revolução levava de vida. O número temático inclui, assim, artigos de autores com raízes em diferentes

3 *Democracy Index 2024: What's Wrong with Representative Democracy?* (Londres: The Economist Intelligence Unit, 2025), 6 e 9, <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-in-dex-2024/> (consultado a 17 de setembro de 2025).

disciplinas das ciências sociais – a saber, antropologia, ciência política, economia, geografia, história e sociologia –, representando uma diversidade de olhares pessoais e disciplinares sobre os “três Dês” de Abril. Para concluir cada debate das mesas convidámos investigadores seniores, especialistas em cada um dos “Dês”, para oferecerem um comentário ao tema e às intervenções dos oradores. O número temático está, assim, organizado em três núcleos – Democratizar, Descolonizar, Desenvolver – que traduzem em formato escrito o conceito que presidiu à conferência. Estes artigos e comentários são aqui enriquecidos pelos contributos dos dois conferencistas principais dessa mesma conferência e ainda por uma entrevista e por um ensaio visual originais. A reflexão sobre o “D” de democratizar integra, assim, um artigo de fundo de Pedro Ramos Pinto sobre o tema, enquanto a discussão sobre o “D” de descolonizar é aprofundada através de uma conversa com a historiadora moçambicana Teresa Cruz e Silva. O núcleo final sobre o “D” de desenvolver é complementado com uma entrevista a um dos protagonistas da Revolução, o almirante Martins Guerreiro, sobre as origens do programa do MFA. Um ensaio visual em banda desenhada, de autoria de Ricardo Roque, completa o conjunto de artigos, expandindo à imaginação gráfica o horizonte de reflexão crítica sobre a Revolução. O ensaio revisita e reinterpreta o popular cartoon *Portugal, um problema difícil* criado por João Abel Manta em 1975, durante o Verão Quente do PREC. Inspirada por esse cartoon, a narrativa gráfica *PTEC – Processo Totalitário em Curso* interroga a história da Revolução à luz dos desafios do tempo político atual, marcado pelo recrudescer de modos polimorfos de totalitarismo e neofascismo. Por fim, apresentamos um conjunto de recensões críticas, disponíveis apenas na versão *online* deste número, sobre livros de ciências sociais recentemente publicados sobre a Revolução dos Cravos.⁴ Estas recensões não oferecem apenas uma leitura crítica das obras em questão; alargam também o horizonte de reflexão deste número da *Análise Social*, colocando em diálogo o presente e a memória da Revolução, os valores que a orientaram e as diferentes perspetivas que, nas ciências sociais, continuam a interrogar os seus legados.

A secção “Democratizar” abre com o estimulante artigo de Pedro Ramos Pinto. Neste texto, Ramos Pinto revisita a relação entre a Revolução dos Cravos e as práticas democráticas, analisando os futuros da democracia projetados em 1974-75. Nesse exercício, o historiador procura reconhecer a especificidade do momento revolucionário, compreender as condições em que se desenharam os percursos que viriam a concretizar-se e, simultaneamente, abrir espaço para pensar alternativas, sublinhando que os resultados do 25 de Abril não

4 Ver <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/issue/archive>.

estavam predeterminados. Daqui decorre também uma reflexão sobre a noção de “povo” e os atores da Revolução. O autor interroga a noção monolítica de “povo” como sujeito coletivo que subjaz, por vezes, à ideia de ação popular revolucionária. Entre metrópole e colónias, entre cidade e campo, o “povo” revela-se plural, fragmentado e por vezes contraditório. Sugere, assim, a necessidade de reconhecer a coexistência de múltiplos “povos”: os das ocupações, das cooperativas e das barricadas; os que lutaram por direitos emergentes; os que atacaram a primeira manifestação feminista; os que recusaram a guerra colonial ou os que aceitaram a exclusão de milhares de africanos, por exemplo. Este reconhecimento coloca às ciências sociais o desafio de desenvolver ferramentas analíticas – incluindo uma espécie de “etnografia do passado”, segundo o autor – capazes de apreender a relação entre os sujeitos sociais e os “três Dês”, entendidos não como categorias estáticas, mas como conceitos dinâmicos e em contínua negociação. Os restantes artigos desta secção – da autoria de Marco Lisi, Tiago Carvalho e Ana Drago, completados com um comentário final de António Costa Pinto – inscrevem-se nesse horizonte de elaboração crítica. Os artigos fazem um balanço de alguns dos principais eixos através dos quais as ciências sociais têm abordado os temas da democracia e da democratização. O texto inicial, de Marco Lisi, analisa as grandes questões que marcaram a sociedade portuguesa nos últimos cinquenta anos a partir da relação entre o desenvolvimento da disciplina da ciência política, a consolidação democrática inaugurada em 1974 e os processos recentes de internacionalização e interdisciplinaridade da disciplina. No segundo ensaio, Tiago Carvalho debruça-se sobre as tensões estruturais entre democratização, participação política e direitos sociais, evidenciando o modo como a austeridade e o aprofundamento das desigualdades tiveram impacto nos movimentos sociais das últimas décadas. Por fim, a contribuição de Ana Drago centra-se na dimensão urbana e na problemática da habitação – um dos campos em que as promessas do pós-25 de Abril permaneceram em grande parte incumpridas –, sublinhando a relevância dos movimentos sociais urbanos e o papel das ciências sociais na interpretação crítica das contradições e dos limites do processo democrático português.

No núcleo dedicado a “Descolonizar”, Aurora Almada e Santos, Ruy Llera Blanes e Sofia Aboim, na companhia do comentário final de Cristiana Bastos, refletem sobre dimensões múltiplas do conceito e do processo de descolonização. Escrevendo na perspetiva de historiadora, Aurora Almada e Santos propõe a adoção de uma perspetiva “maximalista” capaz de expandir e renovar os estudos históricos sobre a descolonização portuguesa, contra o que designa de visão “minimalista” dominante. A importância de considerar a descolonização do ponto de vista da memória e do ativismo contemporâneo é explorada

nos textos de Rui Llera Blanes e de Sofia Aboim. Blanes chama a atenção para as práticas, os rituais e os espaços de memória da descolonização a partir do olhar de movimentos e ativistas anti-hegemónicos em Angola, Moçambique e Lisboa. Por seu turno, Sofia Aboim interroga as persistências do colonialismo e do racismo no quotidiano de Portugal contemporâneo, destacando três dimensões: o incremento e a normalização da violência de cariz racial; as estéticas de resistência exploradas através da sensorialidade; e as permanências da ideologia do luso-tropicalismo. Neste contexto, Aboim propõe que as ciências sociais dirijam uma maior atenção aos domínios sensoriais da experiência, quer nos modos de expressão do poder, quer nas formas tomadas pela oposição anticolonial. Para além do estimulante comentário de Cristiana Bastos, esta secção completa-se com uma entrevista à cientista social africana Teresa Cruz e Silva, que nos leva a ver os acontecimentos da Revolução no quadro dos processos de independência das nações africanas lusófonas. Nas ciências sociais portuguesas, as causas, os impactos e as vivências do 25 de Abril de 1974 são amiúde pensadas de um ponto de vista nacional, mas a reflexão de Cruz e Silva mostra a necessidade de desafiar o viés deste tipo de nacionalismo metodológico.

A guerra entre o Exército português e os movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde foi crucial para o golpe militar que pôs fim ao fascismo português. A instauração da democracia em Portugal pode ser lida, assim, como um efeito e uma vitória também dos movimentos de libertação africanos. Neste sentido, é de especial importância desenvolver esforços analíticos que entendam a Revolução a partir de pontos de vista africanos – não apenas daqueles situados em África, mas também da diáspora africana em Portugal. Foi neste espírito que Matheus Serva Pereira e Edalina Sanches entrevistaram Teresa Cruz e Silva sobre o significado do 25 de Abril em Moçambique e nas demais antigas colónias africanas. Este acontecimento, como recorda a entrevistada, foi percecionado como distante num primeiro momento, mas rapidamente se impôs como decisivo para a conquista das independências africanas. O 25 de Abril é aqui colocado em perspetiva e em diálogo com outros marcos temporais estruturantes da história moçambicana: o 25 de Setembro de 1964, início da luta anticolonial em Moçambique, e o 25 de Junho de 1975, data da independência. Essa constelação de datas abre caminho a uma reflexão sobre os “três Dês” a partir da experiência colonial, da luta de libertação e do período subsequente de reconstrução da democracia e do desenvolvimento em contexto africano, revelando tensões, continuidades e deslocamentos. Teresa Cruz e Silva oferece ainda um balanço sobre o papel das ciências sociais durante e após a administração colonial portuguesa em Moçambique. Cruz e Silva expande, além disso, a sua análise à urgência

de descolonizar o pensamento, produzindo epistemologias situadas, enraizadas na realidade africana e capazes de desafiar paradigmas eurocêntricos. É o caso, deste ponto de vista, dos conceitos de democracia e de desenvolvimento, frequentemente impostos a partir do exterior e marcados por assimetrias globais e de poder desiguais. A sua conclusão é clara: os objetivos das lutas de libertação continuam inacabados, fazendo do “D” de descolonização um processo de insurgência incompleto, em permanente reconstrução.

Na última secção deste número, “desenvolver”, Alexandre Abreu, Sílvia Jorge e Humberto Martins, com Luísa Schmidt que assina o comentário final, refletem sobre a problemática do desenvolvimento do país. Alexandre Abreu aborda o desenvolvimento a partir dos seus conflitos e fricções constitutivas. O autor considera algumas dimensões clássicas da economia – proteção social, regulação laboral, repartição do rendimento e propriedade dos meios de produção – para refletir não apenas sobre a transição da ditadura para a democracia, mas também sobre a complexa passagem entre o antes e o depois do 25 de Novembro. A habitação emerge, também aqui, como um dos temas fortes. O ensaio de Sílvia Jorge oferece um exame crítico da evolução das políticas públicas nesse domínio, prestando particular atenção ao Serviço de Apoio Ambulatório Local, ao Programa Especial de Realojamento e ao programa 1.º Direito. O texto de Humberto Martins, por sua vez, considera o problema do desenvolvimento em torno da dualidade estrutural entre rural e urbano, campo e cidade, que tem marcado o país. Concluímos este núcleo do número temático de forma emblemática, conversando sobre o programa do MFA com o almirante Manuel Martins Guerreiro, um dos protagonistas da construção do texto desse programa e responsável por entregar a sua versão original no jornal *República* no dia da Revolução. Na entrevista, revisitamos a história do documento e das suas ideias programáticas e, no fio da conversa, dialogamos sobre outros temas em debate ao longo deste número da *Análise Social*. A complexidade do programa e as suas diferentes versões, expressão de um tenso processo decisório (desde logo, a oposição de Spínola à imediata e plena descolonização das antigas colónias); a relação entre militares e povo, feita de aproximações, compromissos e negociações em contextos culturais e religiosos moldados por mais de quarenta anos de ditadura; ou ainda a articulação entre centros e periferias, entendidos não apenas na relação entre Lisboa e o mundo rural, mas também entre Portugal, África e a Europa. A entrevista oferece também elementos para se compreender a politização dos homens que compuseram o Movimento dos Capitães. No caso de Martins Guerreiro, esta politização foi-se consolidando durante o serviço militar; durante a educação em cidades como Génova, Marselha ou Brest; e durante o contacto com estudantes em luta e com elementos da esquerda extraparlamentar europeia. O testemunho do almirante

Martins Guerreiro lega-nos, por fim, uma reflexão lúcida sobre o significado passado, presente e futuro da Revolução na sociedade portuguesa contemporânea e sobre o lugar da memória enquanto herança viva dos valores de Abril.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

KOSELLECK, R. (1979), *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*, Nova Iorque, Columbia University Press.

GORI, A., ROQUE, R. (2025), "Introdução: os 'três Dês' de Abril, hoje". *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44062. <https://doi.org/10.31447/44062>.

Annarita Gori » annarita.gori@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-8703-8700>.

Ricardo Roque » ricardo.roque@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-9304-4103>.
